

A educação profissional e a corrida trabalhista

Marcelo Neri

Na corrida de obstáculos entre oferta e demanda de e por trabalhadores mais qualificados, a educação profissional desempenha papel central, pois além de ser de prazo mais curto e permitir maior facilidade de conciliar no dia a dia trabalho e estudo, ela se volta mais diretamente às necessidades e nichos dos diferentes negócios. A educação profissional tem sido muitas vezes considerada uma alternativa de segunda classe em prol de um ensino médio genérico que tenta fazer muito com pouca qualidade e foco, com dificuldade de atração dos jovens. Por exemplo, 42% dos jovens com idades de 15 a 17 anos dizem que estão fora da escola por falta de interesse. Já o ensino superior, percebido como uma espécie de primeira divisão do ensino profissional, é inalcançável para a maioria.

O desinteresse acerca da formação profissionalizante também está presente na

avaliação dos impactos dos programas existentes que não dá conta da diversa matiz de cursos onde o prêmio salarial dos cursos de educação profissional varia de 1,4% a 24%, já controlados pela educação formal e por quem oferta os cursos. Não se pode dizer que os prêmios são altos ou baixos, isto vai depender da área e do tipo de curso fornecido e das necessidades específicas de cada um. O resultado desta desinformação são políticas e mercados educacionais e de trabalho relativamente desconectados sobre os percalços e potenciais ganhos das diversidades de alternativas profissionalizantes existentes.

Competição

Entre os diversos participantes dos cursos de educação profissional podemos citar as instituições de ensino que na analogia da corrida educacional incluiria clubes, técnicos,

preparadores físicos desde as divisões de base até chegar ao nível profissional. O estado ainda tem o seu papel de regulador e informante da qualidade dos cursos. Mas quem decide a corrida é sem dúvida o estudante, mal comparando sem atletas bem formados e motivados, a competição é sempre perdida. O que as estatísticas educacionais mostram de maneira inequívoca é que os vencedores das corridas educacionais, sejam elas formais ou profissionais, acabam também vencendo o campeonato trabalhista.

O desafio é fazer os estudantes enxergar, através de indicadores de fácil interpretação, os prêmios trabalhistas da opção preferencial por mais educação nas suas diversas vertentes. É preciso qualificar a demanda por educação em geral e a educação profissional em particular. Esta é a linha de ataque da pesquisa lançada em parceria com o Instituto Voto-

rantim. O site www.fgv.br/cps/proedu informa ao estudante em potencial como o mercado de trabalho tem remunerado diferentes escolhas educacionais. Concretamente falamos em responder diretamente questões tais como: O que os diferentes cursos de educação profissional proporcionam ao estudante em termos de ganhos salariais? E na empregabilidade? É melhor investir na educação profissional, na educação formal ou numa combinação das duas alternativas? Quanto os requisitos de educação formal impactam os resultados dos respectivos cursos profissionalizantes? E assim por diante. Como estas perguntas variam de situação para situação da pessoa, usamos as ferramentas da informática e da internet para fazer esta informação chegar às especificidades de cada um através de uma série de simuladores e panoramas.

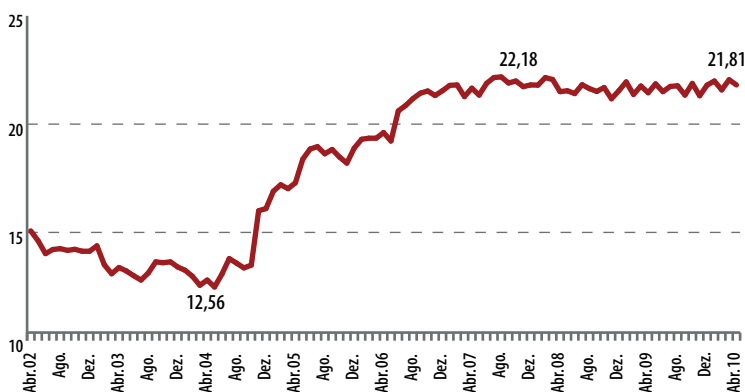
A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apresenta uma fotografia detalhada das consequências da educação profissional em escala nacional num dado ponto do tempo. A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) permitiu captar a evolução destes efeitos entre março de 2002 e março de 2010 com uma cobertura geográfica restrita às seis maiores metrópoles brasileiras, além de uma menor quantidade de controles, faltando inclusive o nível dos cursos profissionalizantes. O gráfico apresenta mês a mês a evolução da parcela da população acima de 10 anos que concluiu os cursos de educação profissional.

Em março de 2004, 12,56% da população em idade ativa das seis principais metrópoles haviam concluído os cursos profissionalizantes. Em março de 2010, este número era de

O estado ainda tem o seu papel de regulador e informante da qualidade dos cursos. Mas quem decide a corrida é o estudante

21,81%, um crescimento de 73,6% na conclusão destes cursos. Neste período não há redução de qualidade dos cursos, pelo contrário. Em 2004, 44,1% dos que haviam terminado os cursos, tinham cumprido a exigência de ter, pelo menos, o ensino médio completo. Em 2010, 44,5% estavam nesta categoria que incidentalmente corresponde ao ponto mais alto da série, mas sem grandes variações. Ou seja, aumentou tanto a quantidade de pessoas com nível profissionalizante completo, como a qualidade não decaiu. Na corrida por mais e melhor educação profissional, o primeiro atributo avançou, mas não em detrimento do segundo.

Concluiu curso de qualificação profissional (%)



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

Em março de
2010, 22,1%
estudantes
havia concluído
os cursos
profissionalizantes,
crescimento
de 75,6% em
comparação com
2004

Qualificação

Como a educação profissional interfere na corrida entre oferta e demanda por mão de obra qualificada? E como isto tem evoluído no tempo? A chance de ocupação de uma pessoa da população em idade ativa com formação profissional concluída é 48,2% maior que outra sem estes cursos, mas com características observáveis iguais. Isto inclui a educação formal, ou seja, falamos aqui de um prêmio adicional aos obtidos pelos anos de escolaridade conquistados no decorrer de cursos como técnicos de ensino médio ou de tecnólogo de nível superior.

Não existe marcada diferença relativa entre a tendên-

cia à ocupação entre os com e os sem educação profissional. A não ser na recessão de 2003 quando cai para 4,4% e, em 2008, no auge do chamado apagão de mão de obra atinge o seu ápice na série de 4,02%. Já a chance de formalização para aqueles com educação profissional é 38% maior que aqueles sem formalização entre os ocupados. No que tange a diferença, há uma queda relativa de 2,1% daqueles com educação profissional na recessão de 2003, voltando ao empate técnico com 2002 nos primeiros meses de 2010. Os salários são 12,94% maiores para aqueles com educação profissional. No que tange ao impacto relativo da educação profissionalizante sobre os salários, há uma perda de importância da qualificação profissional durante a expansão trabalhista que cresce, em particular, em 2009 e 2010, quando atinge o ponto mais baixo da série relativa, qual seja, diferenças salariais 5,1% menores que os de 2002. Pelo menos uma parte deste efeito pode ser explicada pela mudança de patamar da população com cursos profissionalizantes relatada acima.

Trabalha no setor do curso? Qual é a percepção das pessoas acerca das facilidades e dificuldades trabalhistas proporcionadas pelos diferentes cursos profissionalizantes? Mensuramos como o ex-estudante

egresso dos cursos profissionais vê o impacto deles na sua vida de trabalhador. Isto inclui perguntas sobre o uso, ou não, dos conhecimentos adquiridos no curso, na carreira profissional e as razões percebidas tanto para sua utilização quanto para sua não utilização. A parte das razões percebidas inclui a obtenção durante o curso de capacitações estruturais que fazem a diferença em prazos mais longos, como atributos que facilitam a transição do curso à prática trabalhista, percebidas como obstáculo chave.

Como exemplo primeiro e mais importante grupo de percepções, questões como se o conteúdo teórico era adequado ao trabalho, se havia práticas adequadas as das empresas ou mesmo se o curso propiciava o conhecimento para a abertura de negócio próprio. No que tange o binômio entrada/reentrada no mundo trabalhista temos a provisão de informações no curso sobre o mercado de trabalho, a exigência de experiência prévia ou a aceitação do diploma pelo empregador e a oferta de estágio. Assim como a situação do mercado de trabalho, indo desde a falta de vagas até a existência de oportunidade melhor de ocupação em outra área, estudamos isto em bases nacionais a partir do suplemento especial da PNAD de 2007, o único sobre o tema.

Tal como acontece no caso da escolaridade formal, a hierarquia de educação profissional se reflete na de resultados trabalhistas obtidos *a posteriori*

No total daqueles que concluíram o aprendizado, 51,66% trabalham na mesma área do curso realizado. Em termos regionais, o destaque está nos estados de Santa Catarina (58,98% dos qualificados) e Rio Grande do Sul (58,69%). No extremo oposto, situam-se os da região Nordeste: Paraíba (39,48%) e Acre (40,18%). Ao centrarmos nos municípios das capitais destes respectivos estados estão, em geral, no respectivo lugar do ranking (Porto Alegre e João Pessoa são os extremos). A não ser pela liderança nacional da periferia da região metropolitana de Porto Alegre, onde 64% dos egressos estão trabalhando nas áreas dos respectivos cursos.

Os cursos de nível mais altos são onde há maior coincidência de áreas entre estudo e trabalho subindo cerca de 10 pontos de porcentagem entre os diferentes níveis profissionalizantes analisados: Qualificação, 50,62%; Técnico de Nível Médio, 55,83%; e Tecnólogo de nível superior, 65,59%. Nos cursos de educação profissional, como um todo, as pessoas avaliam que possuir conteúdo necessário ao desempenho do trabalho (64,31%) é o principal atributo para a inserção trabalhista na área do curso. O segundo atributo mais importante, em geral, é o certificado ser aceito pelo empregador (17,15%).

No universo de egressos de todos os níveis de curso, existe certo equilíbrio entre as razões de não trabalhar na área onde estudou. Alegaram falta de vagas na área, 30,7%, enquanto 31,86% disseram mais positivamente que houve oportunidade melhor de trabalho.¹ Agora, à medida que subimos o patamar da educação profissional as más notícias caem e as boas aumentam. A percepção de falta de vagas cai de 31,2% na qualificação profissional para 27,9% nos técnicos de nível médio, para 18,7% no nível superior de tecnólogos. A existência de oportunidades trabalhistas segue movimento inverso dando saltos de 10 pontos de porcentagem em cada nível:

de 30,7% na qualificação profissional, para 40,1% nos técnicos de nível médio e para 50,8% para os tecnólogos. Ou seja, tal como acontece no caso da escolaridade formal e nos resultados objetivos da educação profissional supracitados, a hierarquia de educação profissional se reflete perfeitamente na hierarquia de resultados trabalhistas de cada um. Nada como os estudantes potenciais confirmarem isto a partir das lições de vida relatadas por gerações anteriores de ex-estudantes acerca dos fatores de fracasso e dos segredos do sucesso trabalhista de cada um. ■

Marcelo Neri – Centro de Políticas Sociais
e Escola de Pós-Graduação em Economia
da FGV (mcneri@fgv.br)

¹As demais percepções como o resíduo, os outros fatores se mantêm em torno dos 22% entre os diferentes cursos, assim como a exigência de experiência fica relativamente estável em torno dos 10% entre os extremos dos cursos sendo um pouco menor no técnico (7,1%). O fato do certificado de diploma não ter sido aceito pelo empregador cai, mas é pequeno mesmo na qualificação profissional (0,61%), baixando virtualmente a zero nos tecnólogos. Já a percepção de que o curso não preparou para o trabalho, embora bem maior na qualificação profissional (5%) que o virtual zero do tecnólogo, ainda é relativamente pequeno.